RAZÃO PRIMÁRIA, INTENÇÃO E ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Primary reason, intention and non-human animals

Maylson Candeira¹

RESUMO

Este artigo tem dois objetivos. O primeiro é realizar uma análise crítica da teoria da ação Davidson (2001), segundo a qual um mero movimento corporal se torna uma ação intencional quando é justificado, racionalizado e causado pela razão primária que é constituída por uma atitude conativa – desejo – e por uma atitude cognitiva – crença. Davidson, no entanto, não toma a intenção como um estado mental distinto e a reduz à razão primária. Será feita uma análise crítica da teoria da ação de Davidson a partir da teoria de planejamento da intenção desenvolvida por Bratman (1987). A teoria de Bratman será tratada como uma extensão da teoria davidsoniana. Bratman afirma que os animais não-humanos não são agentes planejadores. O meu segundo objetivo é fazer uma crítica à distinção de Bratman e estender o campo da ação intencional para os animais não-humanos.

Palavras-chave: Ação intencional. Razão primária. Teoria do planejamento da intenção.

ABSTRACT

In this paper my claim is twofold. First, I will make a critical analysis of Davidson's theory of action, according to it a mere bodily movement becomes an intentional action when it is justified, rationalized and caused by primary reason, which is constituted by a conative attitude – desire – and a cognitive one – belief. Davidson, however, does not take an intention as a distinctive mental attitude and ends up reducing it to the primary reason. I will take Bratman's planning theory of intention in order to make a critical analysis of Davidson's theory. Bratman's theory will be treated as an extension of Davidson's theory. Bratman claims that non-human animals are not planner agents, thus they cannot engage in intentional planned actions. Secondly, I will make a critique over Bratman's stipulative demarcation in order to extend intentional planned actions towards non-human animals.

Keywords: Intentional action. Primary reason. Planning theory of intention.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: maylsoncandeira@hotmail.com. ORCID: [0000-0002-8505-4408](https://orcid.org/0000-0002-8505-4408).

1. Introdução

Um indivíduo abre as janelas do quarto com o intuito de tornar o ambiente mais claro. Ao abrir a janela, sem que ele se dê conta, um mosquito entra no quarto. Aqui estamos diante de um problema filosófico: o indivíduo que intencionalmente abriu as janelas do quarto também intencionalmente deixou o mosquito entrar no quarto? Uma ação intencional é um fenômeno que pode ser explicado apenas quando recorremos aos eventos mentais tais como desejos, crenças e intenções. A teoria da ação é uma tentativa de compreender e explicar a natureza da ação intencional realizada por um agente (abrir a janela do quarto) em contraposição a meros acontecimentos que ocorrem a um agente, e.g., o agente ter seu braço levantado por meio de um dispositivo que está instalado em seu cérebro que manipula os seus movimentos corporais. Dretske (1988) argumenta que quando as causas da ação residem *no* agente, isso significa que o agente está realizando uma ação por causa dos seus desejos, crenças e intenções. Se a causa não é constituída pelos estados mentais do agente (no caso do dispositivo que manipula o comportamento de um sujeito), então é um mero evento que acontece a um agente (DRETSKE, 1988, p.1). O exemplo do mosquito, por um lado, não é algo que ocorre ao agente, mas uma consequência não intencional do seu ato, pois esse evento não é uma descrição intencional da sua ação *abrir* a janela. Desse modo, temos aqui um contraste entre duas coisas: ações *versus* o que ocorre a um agente; ações intencionais (como abrir a janela) *versus* consequências intencionais de ações intencionais.

Na segunda seção apresentarei e discutirei a teoria causal da ação de Davidson segundo a qual uma ação é um evento causado, explicado e justificado pela *razão primária* – o par de eventos mentais constituído por uma pró-atitude (desejo) e uma crença (DAVIDSON, 2001, p.4). Sempre que um agente realiza uma ação, ao agente é atribuída uma pró-atitude para uma certa ação e uma crença de que a ação é de um certo tipo. Eu tenho o desejo (fim) de ler a *Iliada* e a crença de que minha ação (meio) de ir à biblioteca é uma maneira de obter o livro sobre o qual tenho um certo desejo (fim). Uma vez que minha ação é realizada por esta razão, meu desejo e minha crença causam minha ação de ir à biblioteca. Desse modo, no quadro davidsoniano,

a razão para minha ação é a causa da minha ação intencional. Uma razão causa uma ação quando o agente age sob à luz de sua razão. A relação entre uma razão e uma ação é a racionalização quando a razão explica e causa a ação.

Davidson, todavia, não apresenta uma teoria robusta sobre a intenção. Como ele argumenta, conhecer uma razão primária pela qual um agente agiu é conhecer a intenção com a qual a ação foi realizada. De fato, concernente à intenção Davidson tem uma análise reducionista, pois, segundo ele, a intenção pode ser reduzida, em última instância, a um par de desejo e crença. Uma intenção, nesse caso, não constitui um estado mental distinto de desejos e crenças. Davidson considera o desejo como a principal pró-atitude e sua relação com crença na explicação de uma ação intencional.

Na terceira seção será feita uma análise crítica da teoria da ação de Davidson a partir da teoria de planejamento da intenção proposta por Bratman² (1987). A teoria de Bratman será tratada como uma extensão da teoria de Davidson. Essa teoria da ação, batizada por Bratman de *teoria de planejamento da intenção*, considera uma intenção como um estado mental constituinte de planos e irreduzível a desejos e crenças ordinários. A ideia geral é que a *intenção* está estritamente relacionada com nossa capacidade de planejar e executar planos. Uma intenção está submetida a compromissos e normas às quais desejos e crenças, como apresentados no modelo davidsoniano, não estão. A intenção é o estado mental fundamental na nossa compreensão e explicação da ação intencional. O modelo desejo-crença é insuficiente para explicar uma ação intencional continuada que é causada e racionalizada não apenas *porque* os desejos e crenças fornecem apenas uma parte da explicação, mas também *porque*, segundo o modelo desejo-crença, a intenção é reduzida à razão primária.

Nós somos seres que possuem a capacidade de agir não apenas movidos por desejos e crenças, mas também somos movidos por intenções e planos. Nós formamos planos e intenções futuras que organizam e moldam nossa conduta ao longo do tempo. Uma teoria que abarca e explica, de for-

² BRATMAN, Michael, 1987, *Intention, Plans, and Practical Reason*, Cambridge, MA: Harvard University Press; 1999, *Faces of Intention: Selected Essays on Intention and Agency*, Cambridge: Cambridge University Press; 2006, *Structures of Agency*, Oxford: Oxford University Press.

ma satisfatória, uma ação intencional precisa elucidar em que as capacidades de reflexão e planejamento e a concepção de ação temporalmente estendida consistem que são fundamentais da ação intencional humana (BRATMAN, 2007, p.21).

Um plano, na teoria de Bratman, é uma pró-atitude (junto com intenção) fundamental à qual recorreremos na explicação de uma ação intencional. Um plano é uma atitude mental que exerce um papel motivacional sobre agentes de modo a movê-los. Um plano está relacionado com uma crença na causação de uma ação intencional. Assim como a intenção, o plano não se resume apenas a uma atitude mental influenciadora de nosso comportamento ao longo do tempo, mas também exerce uma função de controle dado o compromisso da intenção (intenção aqui pensada como constituinte de um plano). Um plano exerce tal função de controle devido às normas sob as quais está submetido. As normas que distinguem planos de meros desejos ordinários são as normas de consistência e coerência.

Um corolário da tese geral de Bratman consiste em que nós, seres humanos, somos agentes que temos (dados os processos cognitivos de reflexão, planejamento, e concepção de ação continuada e temporalmente estendida) a capacidade peculiar de criar e estabelecer planos parciais de ação direcionados ao futuro, e que esses planos exercem papéis funcionais na organização e na coordenação de nossas atividades na passagem do tempo, uma vez que uma característica central da ação humana consiste em planejamento e ação temporalmente estendida. Os animais não-humanos, segundo Bratman, não possuem recursos cognitivos necessários para compreender suas ações como temporalmente estendidas, uma vez que tal fenômeno exige capacidades cognitivas tais como raciocínio prático, deliberação, reflexão sobre os planos e meios mais específicos da ação e os compromissos da intenção e das demandas de consistência e coerência de planos (BRATMAN, 2007, p.29). Se uma ação intencional é realizada conforme as intenções e os planos que estão submetidos a compromissos e normas, respectivamente, então os animais não-humanos, seguindo o argumento, não podem se engajar em ação intencional continuada.

Aqui parece que Bratman está errado e será feita uma análise crítica da sua teoria sobre esse ponto. Essa será a tarefa na qual irei me engajar na

quarta seção. A separação demarcada por Bratman entre agentes que agem apenas por propósitos e agentes planejadores é uma distinção estipulativa. Irei apresentar alguns argumentos que podem, em um certo sentido, minar essa separação que Bratman adota por intelectualizar a mente humana de forma demasiada.

2. Razão Primária para Ação Intencional

Uma ação intencional consiste em um evento físico que é causado por desejos e crenças, i.e., eventos físicos que caem sob descrições que utilizam um vocabulário mentalista. Causas são sempre citadas na explicação de eventos; ações são eventos racionalizados, justificados e *causados* pelas razões do agente. Por exemplo, eu tenho o desejo de tomar café e a crença de que há café na garrafa. O par desejo-crença causa e racionaliza a minha ação de ir até à cozinha pegar café.

Davidson inicia seu artigo seminal *Actions, Reasons, and Causes* com o objetivo de elucidar qual tipo de relação existe entre uma razão e uma ação quando a razão *explica* a ação de um agente. Tais explicações, segundo ele, são *racionalizações* (DAVIDSON, 2001, p.3). Quando tentamos explicar por que um agente realizou uma certa ação, e.g. ir à cozinha tomar uma xícara de café, as razões do agente são apresentadas como razões que explicam e causam a ação.

Quando um agente realiza uma ação, nós explicamos a sua ação apresentando a pró-atitude e a crença por meio das quais ele agiu. Como dito acima, esse par de eventos mentais é chamado por Davidson de razão primária. De modo a compreender como a racionalização é um tipo de explicação causal, Davidson apresenta duas teses sobre razões primárias.

- 1) de modo a entender como uma razão de qualquer tipo racionaliza uma ação, é necessário e suficiente que nós compreendamos, de um esboço básico, como se constrói uma razão primária.
- 2) A razão primária para uma ação é a sua causa³ (DAVIDSON, 2001, p.4).

³ (1) In order to understand how a reason of any kind rationalizes an action it is necessary and sufficient that we see, at least in essential outline, how to construct a primary reason. (2) The primary reason for an action is its cause.

O exemplo que Davidson confere para analisar os dois pontos acima é o seguinte. Eu (i) aciono o interruptor, que (ii) acende a luz que, por sua vez, (iii) ilumina o quarto. Eu tenho certo conhecimento de todos esses eventos. No entanto, sem que eu me dê conta, todos aqueles eventos também (iv) alertam um suposto ladrão que está nas redondezas da minha casa. Para Davidson, nessa situação, o agente realizou apenas uma ação sobre a qual quatro descrições foram apresentadas⁴. Ao acionar o interruptor para iluminar o quarto, o agente teve um par de estados mentais constituído de crenças e desejos (razão primária) que racionalizou a sua ação, tendo a descrição “iluminar o quarto” como intencional, i.e., o agente realizou tal ação *porque* ele quis iluminar seu quarto. O agente teve o *desejo* de iluminar o quarto e a *crença* de que ao acionar o interruptor o quarto seria iluminado; assim, a razão primária de iluminar o quarto racionaliza e explica o acionamento do interruptor. Sob a descrição de “acender a luz”, tal ação é intencional, uma vez que a razão primária explica causalmente a ação em questão.

Como Davidson argumenta, uma ação pode ter várias descrições; pode ser intencional sob uma descrição a qual consiste em razões primárias, e não intencional sob outras descrições. As descrições intencionais precisam referir-se diretamente em racionalização. No exemplo em questão, embora a razão primária do agente seja apresentada na racionalização da sua ação de acionar o interruptor, ela não racionaliza o fato de alertar o ladrão; todavia, alertar o eventual ladrão ainda é uma ação do agente, pois a ação de acionar o interruptor tem a descrição intencional “iluminar o quarto” que, por sua vez, alerta o ladrão. Vamos pensar o exemplo de abrir a janela do quarto para elucidar um pouco mais a tese de que uma ação é intencional sob uma descrição. Imagine que ao abrir a janela do quarto, o ambiente interno se torna mais ameno e agradável. Todavia, sem que eu me dê conta, um mosquito entra no quarto quando a janela foi aberta. Permitir que o mosquito en-

⁴ Anscombe afirma que “the intentional character of the action cannot be asserted without giving the description under which it is intentional, since the same action can be intentional under one description and unintentional under another” ANSCOMBE, Elizabeth, 2000, *Intention* (reprint), Cambridge, MA: Harvard University Press, p.28. Para um exemplo mais detalhado sobre esse ponto, ver § 23 de *Intention*. Apesar do fato de haver uma divergência entre Anscombe e Davidson quanto à relação entre razões e ações (como veremos mais abaixo, Anscombe nega que a relação entre razão e ação é causal, ao passo que Davidson defende tal tese) o ponto em comum entre ambos é que uma ação pode ter diferentes descrições, e que uma ação intencional é aquela para a qual é dada uma descrição intencional.

trasse no quarto não foi uma ação intencional, uma vez que essa descrição não apresenta a razão primária que causou a minha ação.

Davidson apresenta a seguinte condição necessária para uma razão primária:

C1. *R* é uma razão primária pela qual um agente realizou a ação *A* sob a descrição *d* apenas se *R* é constituída por uma pró-atitude do agente para uma ação com uma certa propriedade, e uma crença do agente que *A*, sob a descrição *d*, tem aquela propriedade⁵ (DAVIDSON, 2001, p.5).

Uma razão primária pode racionalizar uma ação quando tal ação é descrita de forma intencional, pois uma descrição intencional ela mesma apresenta a razão pela qual a ação foi realizada. Quando o agente aciona o interruptor para acender a luz, ele teve uma razão pela qual realizou a ação em questão se e somente se ele acionou o interruptor por causa da razão primária. Uma razão, portanto, pode racionalizar uma ação quando tal ação recebe uma descrição que apresenta a razão em termos da intencionalidade dos eventos mentais.

Em relação à intenção Davidson tem uma análise reducionista⁶. Como ele argumenta, conhecer uma razão primária pela qual um agente agiu é conhecer a intenção com a qual a ação foi realizada. Desejos e crenças, os constituintes da razão primária para uma ação, correspondem a premissas de um silogismo prático a partir do qual a ação é racional e desejável (DAVIDSON, 2001, p.9).

Na próxima seção será feita uma análise crítica de tal teoria a partir da teoria de planejamento da intenção, segundo a qual uma intenção é um estado mental distinto de crenças e desejos. Davidson valoriza o desejo como a pró-atitude fundamental em uma ação intencional em detrimento da intenção. Eu argumento que no modelo desejo-crença há uma certa insufi-

⁵ C1. *R* is a primary reason why an agent performed the action *A* under the description *d* only if *R* consists of a pro attitude of the agent towards actions with a certain property, and a belief of the agent that *A*, under the description *d*, has that property.

⁶ Em um artigo posterior (*Intending* 1978) Davidson re-examina sua abordagem reducionista à intenção e reformula a tese de que intenção não é um estado genuíno. Na introdução do livro *Essays on Actions and Events* (2001) Davidson reconhece e altera sua posição em relação à intenção. Ele diz mais ou menos o seguinte: no artigo *Actions, Reasons and Causes*, eu considerei que agir intencionalmente era agir com uma intenção, e este constituía o caso básico de ação intencional. Isso implicou que o estado de *intentar* era uma noção que poderia ser compreendida em termos da razão primária.

ciência na explicação da ação intencional humana por negligenciar as funções e os papéis que as intenções prévias e os planos parciais exercem em raciocínio e em deliberação práticos para a execução de ações intencionais de agentes planejadores. A teoria davidsoniana faz sentido em um nível básico da explicação intencional da ação, ou seja, tem apenas dois pontos, a saber, o desejo e a crença. Entretanto, as explicações intencionais em termos de desejos e crenças são insuficientes para ações intencionais que são temporalmente estendidas e que exigem outros eventos mentais além de desejos e crenças, a saber, intenções prévias e planos parciais. Chamarei esse de o *problema da insuficiência explicativa* do modelo desejo-crença. Ou seja, no modelo davidsoniano os *explanans* são insuficientes para explicar o *explanandum*. A aposta conceitual aqui é que a teoria de Bratman é uma extensão da teoria de Davidson.

3. Teoria de Planejamento da Intenção e da Ação

Como vimos no capítulo anterior, o modelo desejo-crença da explicação da ação humana explica uma ação intencional reduzindo a intenção ao par desejo-crença. Uma ação é intencional quando é causada pela razão primária de um agente. A intencionalidade da ação é reduzida e explicada em termos da sua ancestralidade causal em relação aos desejos e crenças do agente. Uma intenção, como veremos mais adiante, é um estado mental distintivo na configuração e elaboração de planos de ações que se estendem temporalmente. Uma intenção não exerce apenas uma função motivacional no desenrolar de uma ação, mas também tem a função de controlar a nossa conduta ao longo do tempo, uma vez que a maioria das nossas ações é temporalmente estendida. Ações temporalmente estendidas são, a grosso modo, planos de ação que são, por sua vez, constituídos por intenções.

3.1. Intenção

Intenções e planos constituem as pró-attitudes essenciais na teoria de planejamento de ação intencional e estão submetidas a compromissos e a normas de consistência e coerência, respectivamente. Uma intenção é tratada por Bratman como um constituinte de planos. Uma ação intencional con-

tinuada sempre envolve uma intenção prévia para agir. A atitude⁷ mental intenção é fundamental na nossa compreensão de ação intencional.

As funções e normas associadas caracterizam os compromissos especiais que tornam a intenção distinta e irreduzível a meros desejos e crenças. Uma intenção prévia para uma ação, por exemplo ir ao bar, entra no raciocínio prático do agente como um input a partir do qual intenções derivadas são configuradas no desenrolar da ação. As funções de uma intenção prévia são, sobretudo, coordenar a atividade da ação continuada na passagem do tempo e configurar outras intenções derivadas que são processadas como meios mais específicos para planos parciais de uma ação intencional futura. Bratman pretende, ao adotar a abordagem funcionalista, especificar o papel da intenção futura no raciocínio prático e no planejamento.

O tipo de raciocínio prático característico do modelo desejo-crença não fornece nenhuma função específica para a intenção futura de um agente planejador. O raciocínio prático, nesse caso, resume-se apenas em fornecer razões baseadas nos desejos e crenças do agente (BRATMAN, 1992, p.26). O tipo de raciocínio prático de agentes planejadores processa as funções da intenção futura como inputs em tal raciocínio. O raciocínio de uma intenção prévia (ou primária) a intenções derivadas, de fins a meios mais específicos de ação, o que caracteriza as propriedades de parcialidade e hierarquia de planos (voltarei a este ponto na próxima seção), é típico de agentes planejadores.

Uma intenção não apenas é distinta de crenças e desejos, ela também fornece uma razão prática distinta das razões de desejos e crenças. Bratman, portanto, propõe tratar uma intenção como uma atitude mental distinta e as suas três funções características: (i) uma intenção não é meramente uma pró-atitude influenciadora potencial (*potential influencers of action*) de ação, como o são desejos; além disso, ela é uma pró-atitude controladora de conduta (*conduct-controlling*); (ii) diferentemente de desejos, intenção está submetida a compromissos; (iii) e, por último, uma intenção exerce funções características como inputs em raciocínio prático na configuração de intenções mais específicas (BRATMAN, 1987, p.31).

⁷ Aqui usarei *atitude mental* como um termo genérico que abarca estados, eventos e processos mentais. Não irei discutir a distinção entre eventos, estados e processos mentais. De fato, usarei atitude e estado como termos intercambiáveis.

Para compreendermos o estado de intentar realizar uma ação, é necessário, adverte Bratman, compreender a noção de intenção futura. Esta é um constituinte de planos que leva à formação de outras intenções derivadas que são consistentes e coerentes com a intenção futura.

Nós formamos intenções-futuras como partes de planos, planos que exercem papéis característicos na coordenação e no nosso raciocínio prático; planos que nos permitem estender a influência da deliberação presente ao futuro. As intenções são, por assim dizer, os constituintes de tais planos; e planos são intenções estendidas ⁸. (BRATMAN, 1987, p.17-8)

Imagine o seguinte exemplo. Eu abro a porta com a intenção de regar as plantas do jardim. Nesse caso a minha ação de abrir a porta é parte de um plano mais abrangente, a saber, um plano que inclui a minha ação posterior de regar as plantas. A minha intenção futura para a ação futura de regar as plantas coordena minhas atividades que ocorrem desde a formação da intenção futura até a execução da ação de regar as plantas. Podemos chamar, segundo Bratman, este caso de agir para uma outra intenção. Uma ação intencional não se resume apenas à intenção em ação⁹, mas se caracteriza pelo estado de intentar agir. A minha intenção futura ou o estado de intentar caracteriza a minha ação intencional. Imagine o mesmo exemplo ligeiramente modificado. Eu abro a porta com a intenção de tornar o ambiente interno mais fresco. Nesse caso, a minha ação não é parte de um plano de ação mais

⁸ We form future-directed intentions as parts of larger plans, plans which play characteristic roles in coordination and ongoing practical reasoning; plans which allow us to extend the influence of present deliberation to the future. Intentions are, so to speak, the building blocks of such plans; and plans are intentions writ large.

⁹ Sellars apresentou uma distinção semelhantes entre o que ele chamou de *intenção primária* ou *originária* e *volição*. Volição é, por assim dizer, o amadurecimento da intenção primária quando o tempo de ação se aproxima. Volição é intenção em ação, ao passo que intenção primária é o estado de intentar fazer algo. Para mais detalhes, ver Sellars "Thought and Action", in Keith Lehrer, ed., *Freedom and Determinism*, (Random House; New York, NY: 1966), pp. 105-39. Searle também considera essa distinção. No entanto, na explicação de ação intencional, conforme Searle, se faz necessária apenas intenção em ação. Pode haver ação intencional sem o estado de intentar ou intenção primária. Se eu levanto minha mão agora, sem ter havido um estado anterior de intentar realizar essa ação, tal ação ainda é intencional. Para mais detalhes, ver Searle, *Intentionality* Cambridge:Cambridge University Press, 1983, pp. 84-85. A novidade trazida por Bratman à essa distinção consiste em considerar intenção primária (ou no seu vocabulário *intenção-futura*) como elementos de planos. Ao dar primazia ao estado de intentar, Bratman se afasta de uma longa tradição em filosofia da ação, que se iniciou com a seminal monografia *Intention* (1960) de Anscombe que trata intenção em ação, ao invés de intentar agir, como o caso básico para compreensão de intenção e ação intencional. Mais abaixo apresentarei as quatro teses que, segundo Bratman, caracterizam essa tradição. Negá-las é adotar a teoria de planejamento de intenção e inverter a ordem de prioridade de ação intencional.

abrangente, pois não parece inteligível dizer que tenho uma ação posterior de tornar o ambiente mais fresco. Nesse caso podemos afirmar que o modelo-desejo crença é suficiente para explicar a ação, porém, em ação continuada, no primeiro caso do exemplo, desejos e crenças são insuficientes, pois a intenção futura irá se desenrolar na sequência de atividades que constituem a ação continuada.

Deliberação é relevante na teoria de Bratman pois, como ele mesmo afirma, tal processo cognitivo requer tempo e energia. Se considerarmos apenas a intenção em ação, quando o tempo de ação se faz presente, nós não somos cognitivamente equipados para deliberar sobre qual curso de ação é mais eficaz e adequado adotar. Uma intenção futura e a atividade deliberativa estão estritamente relacionadas quando um agente delibera sobre quais meios específicos ele pode adotar de modo a executar seu plano e, por fim, agir intencionalmente. Sendo assim, a relação entre a intenção futura (intentar agir) e a intenção em ação (agir intencionalmente) é explicada pelos recursos da teoria de planejamento da intenção e da ação intencional.

O ceticismo sobre intenção futura está presente na tradição de filosofia da mente e da ação. Bratman elenca quatro teses que não tratam a intenção prévia como um *explanans* básico na explicação de uma ação intencional. (BRATMAN, 1987, p.15). O primeiro passo é adotar uma estratégia metodológica. A ordem de prioridade na explicação de uma ação intencional consiste, basicamente, em considerar a intenção *em* ação, ao invés de adotar, como movimento explanatório primário, a intenção prévia para a intenção em ação. A ação intencional consiste em agir intencionalmente e agir com uma certa intenção. Isso caracteriza a primeira tese da tradição, que Bratman chama de (1) *prioridade metodológica da intenção em ação*. Essa estratégia metodológica foi iniciada por Anscombe em sua monografia seminal *Intention*¹⁰. Anscombe argumenta, no início da sua monografia, que pode haver ação intencional sem nenhuma consideração sobre o futuro, i.e., um agente pode agir intencionalmente sem antes ter havido um estado de intentar. Agir intencionalmente é o caso básico para a teoria da ação tradicio-

¹⁰ Anscombe, Elizabeth, 2000, *Intention* (reprint), Cambridge, MA: Harvard University Press.

nal. Outros proponentes da tese (1), segundo Bratman, são Davidson¹¹ e Goldman¹². Uma intenção em ação é a forma mais básica para explicar uma ação intencional. Uma ação se torna intencional quando explicada por meio da intenção em ação. Essa primeira tese segundo a qual o que torna uma ação intencional é o fato de que ela foi realizada com uma intenção *em* ação nos leva à segunda tese, a saber, a relação da ação entre o que o agente *deseja* o que o agente *acredita*.

A segunda tese consiste no modelo desejo-crença da intenção em ação: (2) o modelo desejo-crença da intenção em ação explica uma ação intencional, ou uma ação realizada com uma intenção, em termos dos desejos e crenças do agente, e a relação entre aqueles estados mentais e a ação intencional. A segunda tese caracteriza a teoria de Davidson apresentada na segunda seção. A minha ação de ir pegar uma xícara de café para continuar escrevendo pode ser entendida e explicada tendo como referência o desejo que tenho de tomar café para permanecer acordado de modo a finalizar esta seção e a minha crença de que há café na garrafa e que a minha ação é um meio para alcançar o fim desejado. Nesse caso, a minha intenção é reduzida à razão primária que é constituída pelo par de eventos mentais *desejo* e *crença*. Bratman considera Anscombe, Davidson e Goldman como proponentes da tese (2). Anscombe, nesse caso, nega radicalmente que a relação entre uma razão e uma ação é um tipo de relação causal. Davidson e Goldman, por outro lado, afirmam que a relação entre uma razão e uma ação é causal. No entanto, esse não é um problema para a teoria de Bratman. O ponto é que eles, de alguma forma, aceitam a tese (2).

Uma vez que as teses (1) e (2) são tomadas como suficientes para explicar uma ação intencional, como podemos explicar uma intenção futura? A postura mais natural e imediata a ser adotada seria uma extensão ou derivação da intenção futura a partir da intenção em ação. Se podemos compreender e explicar de forma satisfatória agir intencionalmente e agir com uma intenção, a intenção futura pode ser explicada e abordada com os recursos conceituais já disponíveis nas teses (1) e (2). As duas teses em questão,

¹¹ Davidson, Donald, 2001, *Essays on Actions and Events*, Oxford: Oxford University Press.

¹² Goldman, Alvin, 1970, *A Theory of Human Action*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall

desse modo, nos levam à terceira tese, que Bratman chama de estratégia de extensão: (3) uma intenção futura é derivada de uma intenção em ação. Por exemplo, se tenho uma intenção futura para ir ao supermercado, essa intenção é apenas uma extensão temporal do meu desejo e da minha crença para a execução da minha ação intencional. Ao combinar as teses (2) e (3), i.e., que a intenção de um agente é reduzida aos seus desejos e às suas crenças e que a sua intenção futura é apenas uma extensão temporal daqueles estados mentais, somos levados à quarta tese: (4) a redução da intenção futura a desejos e crenças (BRATMAN, 1987, p.16-17). As teses (2) e (4) caracterizam o modelo desejo-crença, um modelo dominante na filosofia da ação cujo o principal proponente é Davidson.

Todavia, para Bratman, as teses (1) a (4) não são suficientes para explicar o fato que além de agentes que agem segundo seus desejos e crenças, nós planejamos ações continuadas e deliberamos sobre sub-intenções e meios específicos de ação em nosso raciocínio prático, ou seja, somos agentes planejadores que se engajam em ações temporalmente estendidas que são explicadas e entendidas por meio da noção de intenção futura e planos. A teoria da ação de Davidson tem apenas dois pontos explicativos que são insuficientes para explicar uma ação continuada que exige reajuste comportamentais em estados possíveis do mundo. O problema de insuficiência explicativa no modelo desejo-crença é solucionado ao considerar intenções futuras e planos parciais de ação como as atitudes proposicionais que não são reduzidas a desejos e crenças.

O ponto central da *suficiência explicativa* consiste em rejeitar as quatro teses acima apresentadas e inverter a ordem ao adotar a estratégia de *prioridade metodológica da intenção futura e planos* (BRATMAN, 1983, p.285-6). Ou seja, uma intenção futura, dado a passagem temporal, torna-se em intenção em ação, porém a ordem explicativa se inicia da intenção futura para a intenção em ação, não ao contrário. A partir dessa estratégia podemos entender e explicar uma ação intencional continuada a partir do estado de intentar realizar uma ação; tal estado se caracteriza a partir da intenção futura que, por sua vez, são elementos de planos. Bratman rejeita a prioridade metodológica dada às teses (1) e (3) para focar em planos sobre ações futuras. Ele também rejeita as conclusões que se seguem das teses (2) e (4) que, se-

gundo ele, caracterizam o modelo desejo-crença. Rejeitar todas aquelas teses caracteriza a teoria de planejamento da intenção.

3.2 *Intenções e Compromissos*

Uma noção importante que não é abordada pelas quatro teses e, sobretudo, pelo modelo desejo-crença, é a noção de compromisso, que possui uma relevância *explicativa* na teoria do planejamento da ação. No modelo desejo-crença, o aspecto racional de uma ação intencional consiste na razão primária para a ação, como na teoria de Davidson. Por exemplo, o meu desejo de malhar na academia e a minha crença de que ir à academia é uma forma de satisfazer a minha pró-atitude me fornecem uma razão que me move a agir de forma intencional. Ao mesmo tempo, o meu desejo de ficar em casa comendo chocolate junto com a minha crença de que posso satisfazer tal pró-atitude por ficar em casa me fornecem uma razão para não ir à academia. Um agente pode ter desejos incompatíveis, uma vez que tal pró-atitude não está submetida a compromissos, ao passo que um agente racional não pode ter intenções incompatíveis devido aos compromissos sob os quais elas estão submetidas. Na teoria davidsoniana da ação, o desejo é a pró-atitude fundamental para explicar por que um agente realizou uma certa ação. Nas quatro teses acima, a noção de compromisso não desempenha papel algum, ao passo que uma intenção futura implica um compromisso. O desejo fornece apenas parte da explicação e a noção de *compromisso* soluciona o problema de desejos incompatíveis.

Uma explicação clara sobre compromissos é, como Bratman sugere, uma das principais tarefas de uma teoria da intenção. O primeiro passo que ele adota é distinguir duas dimensões de compromissos. A primeira dimensão consiste na relação entre a intenção e a ação, denominada por Bratman de *dimensão volicional* do compromisso (BRATMAN, 1987, p.25). A pró-atitude destacada é a intenção. Uma pró-atitude é uma atitude mental para um certo fim que pode mover o agente, i.e., uma pró-atitude exerce uma influência motivacional junto com uma crença no desenrolar de uma ação. O exemplo de ir à academia acima apresentado ilustra a dimensão volicional do compromisso. O desejo de ir à academia está em conflito com o desejo

de ficar em casa comendo chocolate, e o agente não é culpado de irracionalidade. O desejo de ir à academia e o desejo de ficar em casa ambos podem influenciar a ação do agente. Em contraste, agora suponha que nesta manhã eu formei a intenção de ir à academia. O tempo de ação se aproxima e, mesmo que eu tenha o desejo de ficar em casa e todas as demais condições são normais (não começar a chover, eu não ser acometido por uma doença que me impossibilite de ir à academia), eu procedo de modo a executar a minha intenção de ir à academia em uma ação continuada. Este exemplo ilustra a diferença, no curso normal de eventos, do funcionamento da intenção como pró-atitude básica para uma ação intencional continuada e o funcionamento de desejos.

As intenções são, enquanto desejos não, pró-attitudes que controlam a conduta de um agente. Em contraste, desejos apenas influenciam a ação do agente. A dimensão volicional do compromisso envolvida em intenções futuras deriva do fato que as intenções controlam a conduta do agente. Se as minhas intenções futuras permanecem até o tempo da ação, e eu noto que o tempo da realização da ação está presente e nada interfere, a minha intenção irá controlar a minha ação. Como uma pró-atitude que controla a minha ação, a minha intenção envolve um compromisso especial com a realização da ação, ao passo que desejos não envolvem tal compromisso¹³. (BRATMAN, 1987, p.25-6)

A segunda dimensão de compromisso da intenção futura está relacionada também às funções da intenção futura e o intervalo temporal entre a formação inicial de tal intenção e a sua posterior realização na ação intencional. As funções da intenção futura constituem o que Bratman chama de *dimensão do raciocínio* do compromisso (BRATMAN, 1987, p.26). Dois pontos estão diretamente relacionados aqui. O primeiro ponto consiste no fato de que, uma vez que é formada, a intenção, dado o curso normal de eventos, estabelece um certo curso geral de ação. Se eu intento ir à academia, eu não continuarei a deliberar se irei ou não, pois a questão se irei já está estabelecida pela minha intenção de ir. Novamente, dado o curso normal de eventos, a minha intenção não é reconsiderada dado a sua caracte-

¹³ Intentions are, whereas ordinary desires are not, conduct-controlling pro-attitudes. Ordinary desires, in contrast, are merely *potential influencers* of action. The volitional dimension of the commitment involved in future-directed intention derives from the fact that intentions are conduct controllers. If my future-directed intention manages to survive until the time of action, and I see that the time has arrived and nothing interferes, it will control my action then. As a conduct-controlling pro-attitude my intention involves a special commitment to action that ordinary desires do not.

rística de *estabilidade*, como Bratman sugere. Isso não implica que a intenção seja irrevocável, mas dado que minha racionalidade prática está em seu pleno funcionamento, não tenho razões para alterar a minha intenção, e, quando o tempo da ação se aproxima, executarei a ação conforme as funções que a minha intenção exerceu no desenrolar da ação.

Voltemos à tese (4) acima, segundo a qual uma intenção futura é reduzida a desejos e crenças. A redução pode ocorrer devido à noção de extensão de desejos e crenças. Eu formei a intenção de ir à academia e, no passar do tempo, surgiu um desejo predominante para ficar em casa comendo chocolate. Neste ponto a minha intenção é incompatível com meu desejo. A minha intenção não pode ser reduzida ao desejo predominante, pois o desejo não está submetido a um compromisso e não possui as duas dimensões de compromissos, a saber, a dimensão volicional e a dimensão de raciocínio. Posso ter desejos incompatíveis. No entanto, quando adotamos a intenção como a pró-atitude fundamental, um agente não pode ter intenções incompatíveis. Uma intenção como uma pró-atitude que controla a minha conduta garante que, quando um desejo surge, ela irá definir restrições que irão controlar a minha conduta diante do desejo predominante assegurando, assim, a sua efetivação na execução da ação planejada e continuada. Em contraste, não parece claro que podemos pensar que desejos possam garantir e assegurar a ação diante de novos desejos predominantes. Portanto, a intenção futura não pode ser reduzida a desejos.

Uma intenção futura restringe as sub-intenções que devem ser consistentes e coerentes. Intenções são consistentes em um sentido *fraco* quando podem ser enquadradas em um plano geral que é internamente consistente. As intenções são consistentes em um sentido *forte* quando são consistentes com as *crenças* do agente e quando elas são enquadradas juntas em um plano geral que é consistente com as crenças do agente. As intenções estão submetidas a compromissos cujas duas dimensões nos ajudam a compreender a relação entre a intenção futura e a ação continuada e as suas funções de coordenar a sequência de atividades no desenrolar da ação.

3.3 Planos

Um plano também é uma pró-atitude que move o agente para uma certa ação. Um agente forma e cria planos para uma ação futura, e tais planos moldam, guiam e coordenam a sequência de condutas do agente para a realização da ação.

Uma ação intencional continuada é composta por um conjunto de sub-intenções e sub-planos que causam cursos de ações específicos que são os meios que um agente adota para o alcance da meta de um plano geral. Ao planejar uma ação, um agente se engaja em uma atividade deliberativa sobre os sub-planos a partir do raciocínio prático. Raciocinar sobre uma ação exige o reconhecimento de uma variedade de sub-planos e sub-intenções que são apropriadas ao plano geral. Ou seja, haverá um repertório de sub-planos e sub-intenções como meios específicos para o alcance do plano geral. Nesse caso, uma ação intencional continuada não consiste apenas em um evento, mas sim em um conjunto de eventos que são ajustados conforme a intenção e o plano gerais.

Segundo Bratman, seres humanos são agentes planejadores que possuem a capacidade de criar planos que coordenam e guiam a nossa conduta de modo a realizar uma ação futura. Dentre as características distintivas da ação humana (as demais são reflexão e ação temporalmente estendida, que foram discutidas na seção anterior) está a capacidade de planejar. Nesse sentido Bratman argumenta que

Enquanto agentes planejadores, nós possuímos duas capacidades centrais. Nós temos a capacidade para agir em busca dos nossos propósitos e fins; e também possuímos a capacidade para formar e executar planos. Esta última capacidade requer a primeira, mas podemos supor que a primeira poderia existir sem haver a última. De fato, é natural tratar muito animais não humanos como agentes que possuem apenas a primeira capacidade, e tratarmos os agentes humanos como agentes que possuem ambas as capacidades¹⁴. (BRATMAN, 1987, p.12)

¹⁴ As planning agents, we have two central capacities. We have the capacity to act purposefully; and we have the capacity to form and execute plans. The latter capacity clearly requires the former; but it is possible to suppose that the former could exist without the latter. Indeed, it is natural to see many nonhuman animals as having only the former capacity, and to see our possession of both capacities as a central feature of the sort of beings we are.

A capacidade de planejamento exige recursos cognitivos tais como deliberação e reflexão que, segundo Bratman, não estão presentes nos demais animais. Mas o que está envolvido nessa capacidade de planejamento? O que significa ter um plano? Em seu primeiro artigo sobre a tese de planos¹⁵, Bratman definiu um plano como um estado da mente. Hoje formei um plano para ir à biblioteca ler a *Odisseia*. Eu formei e estabeleci esse plano como uma maneira de coordenar as diversas atividades, e.g, qual horário sair de casa, qual ônibus pegar de minha casa até a biblioteca, e assim por diante. Planos são, portanto, pró-attitudes que juntos com as crenças podem mover um agente. Diferentemente de desejos, um plano resiste reconsideração diante do curso normal de ação, pois assim pode exercer a sua função de organização e coordenação para a efetivação da ação.

Em primeiro lugar, planos são parciais (BRATMAN, 1987, p38). Um plano não especifica todos os cursos de ação em todas as situações possíveis, e.g., meu plano para ir à biblioteca não especifica quais cursos de ação específicos devo tomar em caso de uma eventual tempestade. Isto é, um plano não se mantém diante de qualquer situação *possível* devido à sua parcialidade. No entanto, o plano geral é mais estável que os sub-planos devido ao fato de que o plano geral se mantém em vários estados possíveis do mundo. A robustez modal do plano geral é mais estável que a robustez modal dos sub-planos. Um plano possui estabilidade no curso normal de eventos. Meu plano para ir à biblioteca, *ceteris paribus*, especifica e restringe as sub-intenções e os sub-planos que precisam ser realizadas antes do tempo da ação. Por exemplo, se o caminho de minha casa até a biblioteca é a rua A, porém a rua A está interditada devido a um acidente, o meu plano geral ainda se mantém e reajusta os meus novos sub-planos e sub-intenções para a continuação da ação continuada. Nesse caso, os sub-planos precisam ser reajustados conforme o plano geral em novas situações possíveis, i.e., os novos sub-planos e as novas sub-intenções possuem uma robustez modal que está submetida à robustez modal mais estável de um plano geral. Podemos afirmar que um plano geral consiste em um espaço de possibilidades que cobre

¹⁵ Bratman, Michael, 1983, "Taking Plans Seriously", *Social Theory and Practice*, Vol. 9, Nos. 2-3: 271-287

um conjunto de situações possíveis e sub-planos. O seguinte esquema ilustra como funciona a robustez modal de um plano geral.

Por exemplo, suponha que o ônibus que me leva da minha casa até a biblioteca está com problemas no motor. Nesse caso, o plano geral ainda se mantém, mesmo que os sub-planos 2 e 3 precisam ser reajustados conforme o plano geral. Nesse caso, eu preciso ajustar os sub-planos ou até mesmo criar novos sub-planos, e.g., ir de táxi. A parcialidade de um plano está relacionada com a sua robustez modal.

Planos são parciais devido a duas razões. A primeira razão consiste em nossa limitação cognitiva, pois não parece razoável imaginar que possuímos capacidades cognitivas que processam todos os possíveis eventos que irão acontecer no futuro. A segunda razão está estritamente relacionada à primeira e consiste nas contingências mundanas. Como somos agentes que fazem parte e contemplam os eventos mundanos, o mundo é composto por vários eventos possíveis que podem se modificar de formas que não podemos prever. Devido a isso, Bratman adverte que planos plenos, i.e., planos altamente especificados, além de exigir alto dispêndio cognitivo, são de pouca importância. Nenhum agente sequer se engajaria em planejar, de forma plena, tudo o que ele irá fazer no futuro. As contingências mundanas exigem ajustes e reajustes comportamentais de modo que o plano inicial seja efetuado. O ponto importante, nas condições normais do curso normal de eventos, é que um agente tenha um plano inicial e parcial que é necessário e que será preenchido à medida que o tempo passa e que possui uma certa robustez modal em vários estados possíveis. Essa característica de planos, além de estar relacionada à dimensão de raciocínio, ajuda a reafirmar o pa-

pel que a deliberação exerce e a sua relação temporal com a ação (BRATMAN, 1987, p.39).

Em segundo lugar, planos possuem uma estrutura hierárquica. O plano inicial e geral envolve sub-planos. Um plano que possui um fim envolve sub-planos sobre meios e passos preliminares, assim como uma intenção futura envolve intenções mais específicas (BRATMAN, 1987, p.38). A estrutura hierárquica de um plano nos permite manter a estabilidade do plano inicial enquanto deliberando sobre sub-planos e meios. Aqui, novamente, podemos notar a robustez modal de um plano geral em vários estados possíveis do mundo. Minha intenção e meu plano gerais envolvem sub-intenções e sub-planos. O processo de deliberação é aplicado apenas às subestruturas do plano geral. Por exemplo, ao definir um plano, o agente já toma certos fins como estabelecidos e fixos, e irá deliberar apenas sobre os cursos e meios mais específicos de ação, e.g, tenho um plano para viajar para o litoral do nordeste, e delibero sobre qual companhia aérea irei pegar, qual dia do voo, qual horário, etc. A parcialidade de planos é essencial para a nossa capacidade deliberativa e o controle que a intenção exerce nas dimensões volicional e de raciocínio do compromisso. Nosso raciocínio prático tem como principal função deliberar da intenção prévia e primária a intenções mais específicas que envolvem cursos mais específicos de ação.

Além das características de parcialidade e hierarquia, Bratman propõe a tese de que planos estão submetidos a tipos de restrições que os distinguem como pró-atitudes especiais e que são irreduzíveis a meros desejos e que fornecem respaldo de modo que planos exerçam suas funções de coordenação de atividades e deliberação no desenrolar da ação (BRATMAN, 1987, p.39). Em primeiro lugar há restrições de consistência. Para coordenar as atividades na passagem do tempo, um plano deve ser, Bratman afirma, *internamente consistente*, i.e., um plano geral precisa ser consistente com seus constituintes, a saber, intenções e sub-planos. Um plano que coordena as minhas atividades, além de ser internamente consistente, precisa ser consistente com as minhas crenças. Este último tipo de restrição é o que Bratman chama de forte consistência segundo a qual os meus planos são fortemente consistentes com as minhas crenças. Por exemplo, quando planejo sair de casa para ir ao cinema e acredito que a rua A é o caminho para

chegar ao cinema, e não a rua B (assumindo que esta de fato é o caminho certo). Este plano não é consistente nem com seus sub-planos nem com minhas crenças, o que prejudicaria a sua função de coordenação e, portanto, seria um plano inviável.

Em segundo lugar, há uma restrição de coerência meios-fins. Como vimos acima, planos são parciais e são preenchidos à medida do tempo por sub-planos e sub-intenções. De modo que meu plano inicial de ir ao cinema seja efetivado, há um conjunto de sub-planos e sub-intenções sobre como chegar lá, e.g., como chegar lá (bicicleta, ônibus, carro); caso escolha ir de ônibus, preciso deliberar sobre qual horário do ônibus, qual ônibus me leva de minha casa até lá etc. Se eu formar um sub-plano de pegar um ônibus que me leva para outro local (para um bar), esse sub-plano não é coerente com meu plano inicial. Dado à parcialidade de planos, essa restrição não exige que o meu plano e sub-planos especifiquem todos os cursos de ação em todos os detalhes. No entanto, é necessário que haja uma abstração do plano geral que seja coerente com os meios utilizados para alcançar um determinado fim (BRATMAN, 1987, p.40).

Dadas as discussões acima, Bratman propõe uma separação estipulativa entre humanos como agentes planejadores e os demais animais não-humanos como agentes não planejadores, embora agentes num sentido rudimentar do termo, segundo o qual agem apenas de modo a satisfazer seus desejos e crenças sobre o mundo. Sobre esse ponto Bratman está errado.

4. Os Animais Não-Humanos São Agentes Planejadores?

Como apresentado na seção anterior, Bratman propõe três aspectos característicos da ação humana, a saber, reflexão e deliberação sobre intenções, capacidade de planejamento, e ação temporalmente estendida. Além disso, o raciocínio prático de agente planejadores parece ser típico à espécie humana, segundo Bratman, pois tal processo cognitivo recebe intenções futuras como inputs para configurar outras intenções derivadas de modo a causar uma ação continuada e planejada. Essas intenções estão submetidas a compromissos, como vimos acima. Os planos, que são constituídos por intenções, também possuem um caráter normativo e estão submetidos a restri-

ções de consistência e coerência. Tais restrições são fundamentais para entender o caráter holístico de planos, pois um plano deve ser consistente com outros sub-planos e com as crenças do agente, assim como devem ser coerentes entre os sub-planos que são os meios e passos preliminares para o preenchimento de um plano geral e sua subsequente efetivação. Assim, Bratman conclui que, enquanto agentes planejadores, nós possuímos duas capacidades fundamentais. Nós temos a capacidade de agir para metas, e temos a capacidade de formar e executar planos. Essa última capacidade exige a primeira, no entanto, como Bratman sugere, é razoável supor que a primeira possa existir sem a última. Sendo assim, Bratman conclui que os animais não-humanos possuem apenas a primeira capacidade, ao passo que a nossa posse de ambas as capacidades, sobretudo a segunda, é uma característica central de agentes planejadores e que nos torna peculiar no mundo.

Bratman afirma que a ação humana se caracteriza, sobretudo, por nossa capacidade de formar e executar planos de ação e que os animais não-humanos agem apenas para alcançar certos fins, a saber, alcançar a satisfação de desejos por meio do alcance de metas. As razões de uma ação planejada, como Bratman parece sugerir, são distintas das razões de uma ação realizada por animais não humanos. Animais não-humanos podem agir por razões práticas em uma ação continuada? A resposta é positiva. Ou seja, animais podem se engajar em uma atividade de planejamento de uma ação continuada? Novamente, a resposta é positiva. A atividade cognitiva de planejamento parece existir em algum *grau* nas ações de outros animais, e não parece ser única à espécie humana. Animais não-humanos podem ocupar ilhas de racionalidade prática nas quais um agente realiza uma ação intencional por razões práticas que a justificam e a tornam racional e intencional (HURLEY, 2006, p.108).

Animais não-humanos agem por razões práticas. É uma controvérsia se a capacidade de planejar ações é uma adaptação humana única. Em um estudo envolvendo primatas não-humanos, Mulcahy & Call (2006) investigaram por meio de experimentos a possibilidade de haver a capacidade de planejamento em algum grau nesse grupo de animais. O experimento consistia em avaliar a capacidade de planejamento do uso futuro de ferramentas para a obtenção de comida. Os agentes não-humanos do experimento manti-

veram uma ferramenta apropriada como um meio para obter a comida em um intervalo temporal, i.e., eles consideraram a ferramenta como um meio para alcançar uma meta posterior em uma ação continuada. A ferramenta possuía uma utilidade apenas como um meio em relação a comida. O experimento é o seguinte. Alguns primatas não humanos aprenderam a usar algumas ferramentas como meios para obter comida em uma sala onde ocorria o experimento. Após alguns minutos, os primatas foram retirados da sala de experimento e levados para uma sala de espera onde não tinham acesso às ferramentas. Uma hora depois, os primatas voltaram à sala de experimento e tiveram acesso às ferramentas por meio das quais eles poderiam obter a recompensa. Os sujeitos tiveram de selecionar a ferramenta apropriada da sala de experimento, mantê-la durante uma hora na sala de espera e voltar à sala de experimento com a ferramenta apropriada para obter a recompensa (MULCAHY & CALL, 2006, p.138).

Os agentes não-humanos nesse experimento planejaram uma ação continuada em termos de uma intenção prévia e um plano geral, a saber, obter a comida, e ajustar as sub-intenções e os sub-planos, por exemplo, qual ferramenta é mais apropriada a ser utilizada na ação posterior na sala de teste. A demanda de consistência de planos, a saber, que um plano geral seja consistente com as crenças do agente, e.g., a crença que a comida pode ser obtida na sala de espera por meio de uma ferramenta, pode ser notada nesse caso. A demanda de coerência meios-fins de planos segundo a qual um plano geral para uma ação continuada seja coerente entre os sub-planos também está presente nesse caso, e.g., quando um dos agentes pega uma ferramenta apropriada e a retém por um intervalo temporal para a efetivação da ação posterior. O uso futuro de ferramentas por primatas não-humanos, considerando a teoria de ilhas de racionalidade prática de Hurley (2006), permite-nos rejeitar a separação proposta Bratman entre humanos enquanto agentes planejadores e animais não-humanos como agentes não planejadores.

Hurley argumenta que agir por razões não exige habilidades conceituais quando consideramos apenas as razões práticas e as intenções ao invés de crenças e razões teóricas. Ela argumenta que as razões práticas para uma ação estão situadas no espaço das razões, e o espaço das razões é o espaço

da *ação* e não o espaço da teorização e de inferências conceitualizadas (HURLEY, 2006, p.108). O espaço das razões, agora visto como o espaço da ação, precisa ser estendido a animais não-humanos para compreendermos e explicarmos as suas ações como realizadas intencionalmente, i.e., como ações realizadas por razões práticas. Hurley sugere que há ilhas de racionalidade prática nas quais as razões para uma ação são contextuais e isentas de habilidades conceituais e que essas razões não se estendem para outras dimensões, pois não há um espaço contínuo das razões mas sim ilhas de racionalidade prática. Os animais não-humanos operam e agem nessas ilhas de racionalidade prática e não em um espaço contínuo de razões (HURLEY, 2006, P.133).

Seguindo Hurley, argumentamos que animais não-humanos, como no experimento acima demonstrado, podem ser agentes planejadores que agem em ilhas de racionalidade prática. A tese principal de Hurley, uma nova leitura do espaço das razões como um espaço da ação e que funciona em ilhas contextuais a partir da perspectiva de um agente, permite-nos rejeitar a separação proposta por Bratman entre agentes planejadores (humanos) e agentes não planejadores (animais não humanos).

Agir por razões aqui pode ser entendido sob duas perspectivas. A primeira consiste em agir por razões dentro do modelo desejo-crença. Davidson argumenta que um animal não pode agir intencionalmente, pois para tanto, um animal precisa ter um conceito de crença¹⁶. Por outro lado, um agente pode agir por razões que são fornecidas pelas intenções do agente, de acordo com a teoria de planejamento da intenção.

Como proposto na seção anterior, tratamos a teoria de Bratman como uma extensão da teoria de Davidson. A teoria davidsoniana oferece apenas parte da história na explicação intencional da ação, ou seja, tem apenas dois pontos que não são suficientes para explicar uma ação continuada. A teoria da intenção de Bratman é uma extensão do modelo davidsoniano que nos permite explicar uma ação continuada e planejada, uma vez que uma intenção é tratada como um estado mental distinto que tem funções no raciocínio prático para a configuração de novas sub-intenções que são im-

¹⁶ DAVIDSON, D, 1975, 'Thought and Talk', in S. Guttenplan (ed.), *Mind and Language*, Oxford: Oxford University Press, reprinted in Davidson 2001b; (1982a), 'Rational Animals', *Dialectica*, 36: 318–27; reprinted in Davidson 2001c.

portantes no desenrolar da ação continuada. As razões de uma ação planejada, como Bratman parece sugerir, não estão disponíveis a animais não-humanos. Nesse ponto Bratman está errado, pois agir por razões não é uma capacidade única à nossa espécie. Um agente não-humano pode agir por razões em ilhas contextuais de racionalidade práticas. Além disso, um agente não-humano pode se engajar em uma atividade de planejamento de uma ação continuada, como demonstrado no experimento acima. Considerando a ação intencional como um gênero e o uso de ferramentas como uma espécie daquele gênero, os primatas não-humanos do experimento acima se engajaram em uma ação intencional continuada ao guardar as ferramentas para o uso futuro. Isso sugere que animais não-humanos possuem, em algum grau, a capacidade de planejamento de ação intencional.

Não apenas primatas não-humanos, mas também outros animais podem se engajar em planejamento de ação continuada e agir por razões. Godfrey-Smith (2016), estudando o comportamento de polvos, notou que os polvos são excelentes navegadores. Eles se engajam em atividades que exigem certas complexidades comportamentais, por exemplo procurar comida. Ao procurar comida, os polvos tomam caminhos distantes e longos e, eventualmente após encontrar a fonte de comida, voltam às suas tocas. O engajamento nesse tipo de atividade em caminhos distantes do seu ambiente exige um certo tipo de planejamento de qual rota adotar para obter comida, e, além disso, a fuga de eventuais predadores nos sugerem que polvos também agem por razões em uma ação continuada (GODFREY-SMITH, 2016, p.74-75). Podemos afirmar que esse é um caso *básico* de uma ação continuada planejada. No caso de uma ação humana, é claro que essa habilidade se torna mais explícita e sofisticada, no entanto, o fato de ela ser mais explícita e sofisticada não nos autoriza a afirmar que animais não-humanos não são agentes planejadores. Por exemplo, tenho a intenção e o plano para ir ao supermercado comprar cerveja. Nesse caso, as minhas sub-intenções e sub-planos precisam ser ajustados à intenção futura e ao plano geral, i.e., qual rota é mais segura e mais rápida de minha casa ao supermercado, e assim por diante. O ponto é que a passagem da intenção futura para a intenção em ação, que caracteriza a proposta de prioridade metodológica da intenção prévia de Bratman, não é típica de nossa espécie.

A ideia geral portanto é expandir a teoria de Bratman para outros animais em seus ambientes específicos de ação. Nós podemos explicar as ações de outros animais por meio da atribuição de razões no espaço da ação, pois o nível animal, como Hurley nos sugere, emerge como um arquipélago do oceano de causas (HURLEY, 2006, p.113). Isso sugere dois pontos. Primeiro, Bratman está certo ao adotar a teoria de planejamento para explicar ações que se estendem temporalmente. Em segundo lugar, Bratman está errado ao afirmar que apenas humanos possuem a capacidade de criar e executar planos, pois, como argumentado acima, a capacidade de planejamento existe em algum grau em outras espécies de animais.

5. Considerações Finais

Na primeira seção foi apresentada, de forma geral, a teoria da ação causal de Davidson, segundo a qual um agente realiza uma ação por meio da razão primária, que é constituída por um desejo e uma crença. Davidson trata o desejo como a pró-atitude fundamental em uma ação e reduz uma intenção à razão primária. Como argumentado na terceira seção, a teoria de Davidson sofre de insuficiência explicativa no sentido de que desejo fornece apenas parte da explicação de uma ação intencional continuada.

Tentamos solucionar esse problema através da teoria de planejamento de intenção proposta por Bratman. Segundo Bratman, uma intenção é um estado mental distinto e irreduzível a desejos e crenças. Na teoria de Bratman, uma intenção é a pró-atitude fundamental que move um agente a realizar uma certa ação. Uma intenção está submetida a compromissos que a tornam distinta de desejos. Uma intenção é um constituinte de um plano de ação. Um plano, além de também estar submetido a compromissos, possui os traços de parcialidade e hierarquia. Esses traços estão relacionados com a dimensão volicional e a dimensão de raciocínio dos compromissos. A ideia geral, então, é tratar a teoria de Bratman como uma extensão da teoria de Davidson.

A tese central da teoria da ação individual de Bratman consiste na construção de intenções e planos de ações intencionais. Ações intencionais continuadas demandam uma teoria que reconheça as funções e os papéis que

as intenções e os planos desempenham no desenrolar de ações intencionais, tanto individuais quanto coletivas.

Referências

ANSCOMBE, Elizabeth, 2000, *Intention* (reprint), Cambridge, MA: Harvard University Press.

BRATMAN, Michael, 1983, "Taking Plans Seriously", *Social Theory and Practice*, Vol. 9, Nos. 2-3: 271-287

—1984, "Two Faces of Intention", *Philosophical Review*, 93: 375–405; reprinted in Mele 19

—, 1987, *Intention, Plans, and Practical Reason*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

—, 1999, *Faces of Intention: Selected Essays on Intention and Agency*, Cambridge: Cambridge University Press.

—, 2006, *Structures of Agency*, Oxford: Oxford University Press.

DAVIDSON, Donald, 2001, *Essays on Actions and Events*, Oxford: Oxford University Press.

—, 2004, *Problems of Rationality*, with introduction by Marcia Cavell and interview with Ernest Lepore, Oxford: Clarendon Press.

DRETSKE, F., 1988, *Explaining Behavior: Reasons in a World of Causes*, Cambridge, MA: MIT/Bradford.

EVNINE, Simon, 1991, *Donald Davidson*, Cambridge: Polity Press.

GODFREY-SMITH, Peter. *Other Minds: The Octopus, the Sea, and the Deep Origins of Consciousness*, William Collins, 2016.

GOLDMAN, Alvin, 1970, *A Theory of Human Action*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

HURLEY, S.L (2003a), "Animal Action in the Space of Reasons", *Mind and Language*, 18:231-256

———, (2006). *Making sense of animals*. In S. Hurley & M. Nudds (Eds.), *Rational animals?* (pp. 139-171). New York, NY, US: Oxford University Press.

MULCAHY, N, J. & CALL, J. (2006). *Apes Save Tools for Future Use*. *Science* (New York, N.Y.). 312. 1038-40. 10.1126/science.1125456.

LEPORE, Ernest and Brian McLaughlin (eds.), 1985, *Actions and Events: Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*, Oxford: Basil Blackwell.

PERINI-SANTOS, Ernesto: A Second Naturalization for a Second Nature. In: Sanguinetti, F ; Abath, A.. (Org.). *Studies in German Idealism*. 1ed.: Springer International Publishing, 2018, v. , p. 177-192.

——, Conteúdo não conceitual, holismo e normatividade. *Kriterion* (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, v. 110, p. 238-263, 2004.